

Desenvolvimento sustentável e lucratividade como fatores de contribuição para a sobrevivência das organizações: uma abordagem a partir da análise do relatório anual da empresa Natura Cosméticos S.A

Elisabeth Rayle Bortucan Lenza (CUMML, SP, Brasil) – bethrayle@yahoo.com.br
• CUMML – R. Cardeal Leme, 315, C-19, CEP: 14030-270, Ribeirão Preto-SP
Paulo Alencar Lapini (CUMML, SP, Brasil) – paulo.lapini@yahoo.com.br
Silvia Helena Ramos Valladão de Camargo (CUMML, SP, Brasil) – shcamargo.ml@convex.com.br

Resumo

Os problemas ambientais se tornaram temas de discussões nos meios científicos, acadêmicos e populares, pressionando aqueles que podem ser considerados os principais causadores: o governo, nos aspectos políticos e econômicos, e o principal, o empresariado. Neste aspecto, este artigo tem como objetivo demonstrar que é possível conciliar o desenvolvimento econômico com o sustentável, por meio da implantação da contabilidade de gestão ambiental, contribuindo para maior controle da redução dos gastos dos recursos renováveis e da emissão de poluentes. Para a realização dessa pesquisa foi desenvolvida uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa exploratória para análise da redução dos impactos ambientais entre os anos de 2004, 2005 e 2006, tendo como base o relatório anual da Natura Cosméticos S.A, do ano de 2006. Como resultado, verifica-se que é possível conciliar sustentabilidade com a lucratividade, sendo necessário um comprometimento da empresa em investir em sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento e maior competitividade dela.

Palavras-chave: *Gestão Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Relatório Global Reporting Initiative (GRI).*

Abstract

Environmental problems have become topics of discussion in scientific, academic and popular fields, pressuring those who could be considered most responsible: the government, in political and economical aspects, but also the business community. Therefore, this article aims at demonstrating it is possible to reconcile economic development with sustainable development, by implementing environmental administration accounting, contributing towards greater control of the reduction in renewable resource expenses and pollutant emission. For such, a bibliographical revision was necessary, and then a research survey to examine the reduction in environmental impacts in 2004, 2005 and 2006, of Natura Cosmetics Ltd. annual report for 2006. As a result it appears it is possible to ally sustainability with profitability, but this will require company commitment to invest in sustainability which will contribute to the strengthening and greater competitiveness of the company.

1. INTRODUÇÃO

A poluição ambiental, o esgotamento dos recursos renováveis, o aquecimento global e a pobreza, estão sendo foco de discussão mundial nos congressos científicos e nos próprios países, exigindo medidas para se direcionar o desenvolvimento sustentável. As empresas são um dos principais agentes causadores de tais problemas e, também, alvo de pressões por parte de seus consumidores, investidores, acionistas, colaboradores internos e externos, instituições financeiras e governo, sendo necessário conciliar desenvolvimento sustentável com a produção.

De acordo com alguns autores, a visão de responsabilidade social se tornou mais globalizada, sendo responsabilidade de todos. A partir disso, reuniões e conferências foram realizadas, sendo consideradas como um marco histórico de fundamentos do Desenvolvimento Sustentável. As principais conferências e reuniões mundiais são:

DATA	CONFERÊNCIA/REUNIÃO	FINALIDADE
1972	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, em Estocolmo	Foi a primeira conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (ALVATER, 1992, p.11).
1975	Seminário Internacional de Educação, em Belgrado	Sendo discutidas a qualidade de vida, a preservação e melhoria das potencialidades humanas e desenvolvimento do bem-estar social individual (TINOCO e KRAEMER, 2004, p.134).
1983	Nações Unidas	Para a criação da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (TINOCO e KRAEMER, 2004, p.134).
1987	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Foi definido o desenvolvimento sustentável como: “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (SIRVINSKAS, 2002, p.202).
1991	II Conferência Mundial da Indústria sobre Gestão do Meio Ambiente	Foi elaborado um documento denominado “Carta Empresarial”, contendo várias recomendações em forma de princípios destinados aos empresários de todo o mundo (UNB, 2007).
1992	“Eco 92” ou “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro	Seu principal objetivo era encontrar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações atuais e futuras, de maneira a estabelecer as bases para uma associação mundial (FILHO, 2002, p.11).
1997	Protocolo de Kyoto, no Japão.	Ratificado por cerca de 140 países. Os países desenvolvidos se comprometem a diminuir, até 2012, as emissões de gases que contribuem para o agravamento do efeito estufa aos níveis de emissão 5% menores que 1990 (CARIDADE, 2006, p.31).

DATA	CONFERÊNCIA/REUNIÃO	FINALIDADE
2000	Global Reporting Initiative	Lançado por meio da iniciativa do secretário geral da ONU, Kofi Annan, para unir empresários, trabalhadores e sociedade civil em uma iniciativa coletiva internacional para criar uma rede voluntária, tendo em vista o objetivo de catalisar ações com o apoio da ONU. O Global Compact visa uma economia global sustentável e inclusiva (CARIDADE, 2006, p.31).
2002	“Rio +10”, conferência em Joanesburgo, África do Sul	Seu objetivo foi a formação de um consenso global para a avaliação geral das condições ambientais anuais, a par da determinação dos procedimentos prioritários para a preservação e continuidade das futuras gerações (FILHO, 2002, p.11).

É necessário ressaltar que o aumento da conscientização ambiental resultou na demanda de qualidade total, o qual se exige uma conscientização de algo concreto entre as preocupações do ambientalismo com a proteção e renovação do meio ambiente natural e as preocupações das empresas com sua produção, (KIN-LAW, 1998, p.XXII).

A expansão da conscientização coletiva com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas sociais e ambientais que a comunidade repassa às organizações induzem a um novo posicionamento por parte dos empresários e executivos em face dessas questões, (TACHIZAWA, 2002, p. 21).

Não é tão simples conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento sustentável, pois, para muitas empresas, isso poderá prejudicar economicamente a organização. Esse artigo tem como finalidade, demonstrar que uma das formas de existir tal conciliação, será com a implantação de um sistema de contabilidade ambiental incorporada na gestão ambiental, o qual contribuirá para a redução dos gastos dos recursos renováveis e da emissão de poluentes. Por meio do Relatório GRI, a empresa poderá expor suas atitudes e as medidas tomadas em relação ao meio ambiente e à comunidade na qual ela está inserida. Por isso, esse trabalho foi elaborado com base da análise do relatório “Nosso Futuro Comum”, da Natura Cosméticos S.A.

2. METODOLOGIA UTILIZADA

Para a realização desse artigo, foi utilizado a abordagem qualitativa na busca do entendimento minucioso dos significados e características apresentadas por autores sobre o tema da pesquisa. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, para se identificar os fatores que determinam a ocorrência de certos fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade. Também foi necessário o uso da pesquisa Descritiva para proporcionar mais informações (KÖCHE, 1997, p.126).

Também foi realizado a análise do relatório Anual de 2006 “Nosso Futuro Comum”, da empresa Natura Cosméticos S.A., que está disponível no sítio eletrônico da empresa. Dessa forma, conseguiu-se analisar e comparar a redução e controle dos impactos ambientais focalizado na redução do consumo de alguns recursos naturais entre os anos de 2004, 2005 e 2006, além de demonstrar alguns projetos que a empresa desenvolve voltados para o desenvolvimento sustentável.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Desenvolvimento sustentável

Escassez dos recursos naturais, aquecimento global e pobreza mundial, entre outros problemas, segundo alguns autores, são conseqüências do crescimento econômico. Com a finalidade de sanar ou diminuir tais problemas que poderão afetar as gerações futuras, a sociedade, o governo e as organizações estão buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, minimizar a pobreza no mundo.

Kraemer (2005, p.3) afirma que, entre as causas que estão direcionando a sociedade para agir de forma sustentável, o modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Se por um lado nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Mediante esses fatores, surge a idéia do desenvolvimento sustentável que tem o objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental e à diminuição da pobreza no mundo, fortalecendo a percepção de que é necessário desenvolver, mas com respeito em relação às limitações ecológicas do planeta, para que, dessa forma, as gerações futuras tenham chance de viver melhor, de acordo com as suas necessidades.

Segundo as interpretações de Empelbaum (2004, p.24), o conceito da sustentabilidade pode ser formado pela teoria dos três pilares (“Tripple Bottom Line”), a qual define que a sociedade depende da economia e esta do ecossistema global, cuja saúde representa o pilar derradeiro, e os três dependem um do outro. Portanto, a empresa poderá ser considerada sustentável se obtiver bons resultados nas áreas econômica, ambiental e social.

Para Ribeiro (2006, p.210), a idéia do desenvolvimento sustentável deve ser compatível com as condições adequadas para garantir a sobrevivência desta e de futuras gerações. Para que essa idéia se torne real será necessário que entre as alternativas que possam favorecer as empresas estejam os investimentos em pesquisa de novas tecnologias capazes de reduzir, se não eliminar, a poluição, bem como reverter os efeitos já causados; transferência de tecnologias, essencialmente, de grandes para pequenas empresas, de países desenvolvidos para países em desenvolvimento ou em crise, de forma a acelerar a aplicação de mecanismos mais avançados na elaboração, aplicação e fiscalização, inclusive de legislações ambientais; e, principalmente, a conscientização da sociedade sobre os riscos resultantes do desrespeito ao meio ambiente.

No mundo todo, empresas de diversos setores vêm se empenhando para fazer parte da carteira de índices de sustentabilidade, como o DJSI. O principal objetivo dessas companhias é tornarem-se mais atrativas para os fundos de investimentos em empresas tidas como socialmente responsáveis. Para atrair a atenção desses investidores não basta ser responsável, é necessário mostrar que se é. Na teoria, a participação num índice de sustentabilidade é como um atestado de que a companhia possui boas práticas de governança corporativa, de gestão ambiental e de relacionamento com consumidores, funcionários e fornecedores, entre outros, pois a visibilidade adquirida pelo DJSI deu origem a outros indicadores de sustentabilidade no mundo afora. Em 2001 foi criado o FTSE4 good Global, da bolsa de Londres, e em 2003 o Socially Responsible Index, da bolsa de Johannesburgo, na África do Sul. No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE) completa um ano de existência em dezembro (ROMANINI, 2006).

Para as organizações, unir a lucratividade com o desenvolvimento sustentável parece ser algo bem complicado. No entanto, conforme os exemplos citados, há formas de conciliação. Para isso, será necessário o uso de algumas ferramentas essenciais como, por exemplo, um sistema de gestão ambiental que fornecerá as orientações necessárias para a empresa agir de forma sustentável, sem prejudicar o seu crescimento e desenvolvimento.

3.2 Contabilidade da gestão ambiental

Adequar as atividades da empresa ao conceito de desenvolvimento sustentável é uma questão de sobrevivência e de competitividade. Quanto mais a organização se negar a agir de forma sustentável e continuar poluindo o meio ambiente, maiores serão os desperdícios, os riscos de multas e reivindicações da comunidade. Portanto, a empresa moderna está cada vez mais atenta a essas questões e a gestão ambiental será parte integrante do seu negócio. A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental deve ser uma das prioridades estratégicas de qualquer organização que queira garantir sua competitividade e sobrevivência no mundo globalizado.

Para Empelbaum (2004, p.26), a organização tem como objetivo a racionalização econômica, e a busca da maximização do lucro tem sido testada com o crescimento das pressões das partes interessadas e dos requisitos legais. Cresce o número de políticas públicas visando à redução do impacto ambiental e à preservação do direito das partes interessadas em ter um ambiente sadio. É, também, necessário ressaltar que a vantagem competitiva é favorável à lucratividade sustentável, representada por ganhos acima da média no mercado específico. A vantagem competitiva surge do valor que uma empresa consegue criar para seus compradores, devendo ser maior que o seu custo de fabricação já que o valor pode ser criado quando se oferece o mesmo produto a um preço menor, ou com o mesmo preço, porém oferecendo mais benefícios.

De acordo com Kraemer (2005, p.9c), uma forma de estruturar as atividades voltadas para o meio ambiente é adequar a organização ao Internacional Organization for Standardization (ISO). A ISO 14.001 é uma norma de adesão voluntária que contém os requisitos para a implantação do SGA (Sistema de Gestão Ambiental), podendo ser aplicada a qualquer tipo ou porte de organização. O sistema de gestão ambiental busca prover às organizações formas de gerenciar todos os seus aspectos e impactos ambientais mais significativos. Partem, inicialmente, da identificação e priorização desses aspectos e impactos para que se consiga um sistema que busque a melhoria contínua, baseado no controle destes impactos. Quando uma organização opta pela Implantação da Norma ISO 14001, abre novos caminhos no mercado internacional, proporciona vantagem competitiva e introduz sensível redução de custos na operação, além de incrementar a receita com subprodutos do processo. Para Filho (2002, p.17), primeiramente, é necessário desenvolver uma política ambiental, pois será dessa forma que a empresa poderá explicitar seus princípios de respeito ao meio ambiente e sua contribuição para a solução racional dos problemas ambientais. Toda política deve fazer parte do planejamento estratégico de qualquer empresa e ser considerada sempre como um fator positivo na elaboração de seus planos de marketing. Na criação da Política Ambiental, será necessário o Sistema de Gestão Ambiental, que é um instrumento de gestão ambiental dinâmico e sistemático, com metas e objetivos ambientais a serem alcançados em determinado intervalo de tempo.

De acordo com a revista *Análise Gestão Ambiental* (2007, p.30), Gestão Ambiental é considerado um aspecto essencial da Governança Corporativa. Além das razões de responsabilidade social e ambiental, inclui a visão estratégica de negócios. O mercado financeiro tem mostrado que empresas que incorporaram à sua gestão as melhores práticas ambientais agregam valor e segurança a seus ativos e proporcionam maior retorno a seus investidores. Em contraponto, empresas que não possuem uma política de Gestão Ambiental baseada em conformidade, qualidade e segurança, invariavelmente enfrentam desperdício de materiais, água e energia, passivos ambientais e limitações ao crescimento dos negócios. A médio e longo prazo, as oportunidades estratégicas estreitam-se, o licenciamento das operações se dificulta, os financiamentos se encarecem, o patrimônio se desvaloriza e os investidores se afastam. Os riscos e os passivos ambientais podem até inviabilizar fusões e aquisições.

Segundo as interpretações de Tinoco e Robles (2006, p.1085), Contabilidade de Gestão Ambiental (CGA), de acordo com a Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, é “uma abordagem combinada que facilita a transição de informação da contabilidade financeira e da contabilidade de custos para aumentar a eficiência de materiais, reduzir o impacto e o risco e reduzir os custos de salvaguarda ambiental”. A Contabilidade de Gestão Ambiental:

- a) focaliza os custos internos à companhia;
- b) não inclui custos externos à sociedade;
- c) enfatiza particularmente a contabilidade para custos ambientais;
- d) pode ser usada para a maioria de tipos de atividade ou de tomada de decisão da gerência dentro de uma organização, mas é particularmente útil para atividades ambientais pró-ativas da gerência.

Para Kraemer (2005, p.13b), a Contabilidade de Gestão Ambiental abrange não somente a informação ambiental e outra do custo, mas também informação para a maioria de tipos de atividade ou de tomada de decisão da gerência. Os exemplos de muitas iniciativas ambientais que se beneficiam da Contabilidade de Gestão Ambiental incluem:

- a) prevenção da poluição;
- b) cálculo dos custos, poupanças e benefícios de projetos;
- c) divulgação de despesas, investimentos e responsabilidades em ambiente;
- d) avaliação anual dos custos/despesas ambientais;
- e) relatório externo na área do ambiente ou da sustentabilidade;
- f) preço dos produtos;
- g) relatório ambiental do desempenho.

Os Sistemas de Gestão Ambiental não são obrigatórios, ou seja, não há legislação de qualquer nível. No entanto, o comércio internacional está se tornando cada vez mais exigente e vem estabelecendo, como condição de comercialização de produtos e serviços, a certificação formal dos fornecedores em termos de gestão ambiental. E, para um bom desempenho da gestão ambiental, será necessária a contribuição da Contabilidade de Gestão Ambiental. Ela possui um componente monetário como física, sendo que sua informação e sua aplicação podem ser ferramentas orientadas pelo passado e para o futuro.

3.3. Relatório Global Reporting Initiative (GRI)

A Global Reporting Initiative (GRI) tem o importante papel de formar o relatório de sustentabilidade, pois as organizações conseguirão medir e melhorar seu desempenho econômico, ambiental e social.

De acordo com o Instituto Ethos (2007), a Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização não-governamental internacional, com sede em Amsterdã, na Holanda, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo. Desde seu início, em 1997, a GRI tem focado suas atividades no desenvolvimento de um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações. Em março de 1999, foi elaborada a primeira versão das Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, da GRI, submetida a testes até o início de 2000. Em 2002, foi lançada a G2, publicada

em português em 2004, com o apoio do Instituto Ethos, num esforço conjunto de diferentes agentes envolvidos com o uso dessa ferramenta. Em outubro de 2006, a GRI lançou a terceira geração das Diretrizes, a chamada G3. A elaboração dessa versão levou mais de dois anos em reuniões de trabalho e em processos de consulta, com a participação de mais de 4.000 pessoas de todo o mundo. A G3 foi concebida de modo a fortalecer os princípios para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e conta com protocolos técnicos para todos os indicadores de desempenho.

De acordo com Kraemer (2005, p. 7), as Diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade abordam os três elementos interrelacionados da Sustentabilidade, tal como se aplicam a uma organização, que são: econômico, social e ambiental.

De acordo com Wells (2007, p. 14), o Brasil é considerado país chave no processo. Dirigentes ficam impressionados com o avanço do Brasil na área por vários motivos:

- a) Institutos Ethos é parceiro estratégico no Brasil;
- b) Natura, Banco Real, CPFL, Alcoa, Souza Cruz e outros adotam GRI;
- c) “Case” da Natura: GRI contribui para valorização na bolsa;
- d) Quem tem ADVs valoriza o modelo GRI.
- e) O modelo usado por mais empresas com ADRs na NYSE;
- f) Aumenta confiança do investidor;
- g) Cria impressão melhor para investidores de fundo SRI;
- h) Wall Street e Congresso dos EUA: pressão para incluir mais dados.

Esse relatório será de extrema importância para os seus stakeholders, pois constitui informações econômicas, ambientais e sociais, além de as informações divulgadas pelas empresas através deste, são baseadas em princípios universais que poderão ser benéficos para a sociedade.

3.4. Estudo de caso da empresa Natura Cosméticos S.A

A Natura Cosméticos S.A. é uma empresa brasileira do setor de cosméticos, fragrâncias e produtos de higiene. Iniciou suas atividades em 1969, como uma modesta loja de cosméticos e de consultoria personalizada de tratamento de beleza. Sempre crescendo, chegou, em 1990, a 1800 funcionários e 50 mil consultoras. Entre os anos de 1993 a 1997, cresceu 5,5 vezes. Iniciou 1997 como a maior empresa brasileira de cosméticos, com 3000 funcionários, 145 mil consultoras no Brasil e cerca de 10 mil na América Latina. Em 1998, foi apontada como a “empresa do ano” pela edição anual Melhores & Maiores, da revista Exame.

As atividades da Natura Cosméticos S.A. e de suas controladas compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização, substancialmente através de vendas diretas realizadas pelas Consultoras Natura, de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene e saúde, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior. Tem venda direta com mais de 90% dos municípios brasileiros, com 617,3 mil consultoras no país (2006). Além de ser considerada líder no setor de cosméticos no Brasil, sua participação no mercado brasileiro é de 22,8% (2006). Sua atuação em outros países está na Argentina, Chile, Peru, México, Venezuela, França e novas operações na Rússia e EUA, em 2008. No Brasil, há uma sede em Cajamar, no Estado de São Paulo, a qual abriga um centro integrado de pesquisa, produção e logística, mas também há unidades administrativas, industriais e comerciais em outras localidades, como em Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Sua razão de ser é criar e comercializar produtos e serviços que promovam o Bem-Estar/Estar Bem. O Bem-Estar é a relação harmoniosa, agradável, do indivíduo consigo mesmo, com seu corpo. E Estar Bem é a relação empática, bem-sucedida, prazerosa, do indivíduo com o outro, com a natureza da qual faz parte e com o todo. Suas crenças estão na vida, que é um encadeamento de relações.

De acordo com Rezende (2003), em 2000, a Natura Cosméticos S.A ficou na segunda posição da pesquisa “Empresas Mais Admiradas do Brasil”, realizada pela revista Carta Capital e pelo Instituto Interscience, atrás somente da Microsoft. Em pesquisa realizada pelo jornal The Financial Times, em parceria com a Pricewaterhouse-Coopers, “The Worlds Most Respected Companies”, divulgada no início de 2003, apontando as 90 companhias mais admiradas por CEOs ouvidos no mundo todo, a Natura Cosméticos S.A, aparece na nona posição entre as empresas brasileiras e em trigésimo quinto lugar, em um total de 47 empresas de todo o mundo, que “melhor controlam e utilizam recursos ambientais”.

A Natura Cosméticos S.A. é considerada uma das companhias brasileiras do setor de cosméticos, fragrâncias e produtos de higiene pessoal que mais investem em pesquisa e desenvolvimento. Em 2006, as aplicações na área corresponderam a 3,2% da receita líquida, em comparação com 2,9% no ano anterior. O resultado desse investimento foi o lançamento de 225 novos produtos em 2006, contra 213 no exercício anterior. No resultado final do exercício de 2006, houve importantes indicadores de crescimento e lucro. Sua receita bruta consolidada alcançou R\$ 3,9 bilhões, com um aumento de 19,9% em relação a 2005, superando a taxa de crescimento do nosso mercado-alvo, como nos últimos anos. Em relação ao Custo dos Produtos Vendidos (CPV), foi de 32,3% da receita líquida, ligeiramente superior aos 32% de 2005.

Para a empresa, responsabilidade social é realizar os negócios baseados em dois pilares principais: na relação ética e transparente com o seu público de relacionamento - colaboradores, fornecedores, comunidades, Consultoras e Consultores, consumidores, governos, sociedade e acionistas, e estar atento às metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Em relação ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, ao longo dos últimos anos, foram adotadas iniciativas que resultaram no fortalecimento e no aprofundamento da sustentabilidade. A criação, em 2002, do Comitê de Sustentabilidade, contribuiu para a definição de estratégias e para o debate da aplicação da gestão responsável na realização dos negócios. Como reconhecimento do compromisso da empresa com a sustentabilidade, em 2006 as ações da Natura Cosméticos permaneceram na composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O índice foi criado em 2005, de acordo com metodologia desenvolvida pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaes), para identificar as companhias com os melhores desempenhos em todas as dimensões da atuação empresarial de gestão de riscos tático e operacional, que vêm sendo gradualmente aperfeiçoadas. Em 2006, a empresa obteve a recertificação segundo a NBR ISO 14001, com base na qual mantém o Sistema de Gestão Ambiental Natura.

Como empresa ambientalmente responsável, a Natura Cosméticos S.A busca minimizar suas atividades potencialmente agressivas ao meio ambiente e disseminar para outras empresas as práticas e os conhecimentos adquiridos na experiência da gestão ambiental. Sua política de meio ambiente contempla a responsabilidade para com as gerações futuras, a educação ambiental, o gerenciamento do ciclo de vida de produtos e serviços, de insumos e resíduos. Em relação ao âmbito interno das fábricas e dos escritórios, a gestão da qualidade e do meio ambiente é tratada de forma conjunta no Sistema Integrado Normativo Natura (SINN). A formação do sistema inclui elementos de conceitos de gestão desenvolvidos a partir das normas ISO 9001:2000 e ISO 14001:2004, dos critérios de excelência da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), e das melhores práticas do mercado. Em 2006, as certificações de ISO 9001 e 14001 foram mantidas.

4. RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados foram obtidos através da análise do relatório anual Nosso Futuro Comum 2006, fornecido no site da própria empresa.

No plano ambiental, a empresa evoluiu em vários processos em 2006. Em relação à emissão de gases do efeito estufa, foi implementado um sistema para mapear emissões e identificar oportunidades de redução de emissão de gases – desde a cadeia de gerenciar planos de ação com o objetivo de, até 2008, tornar o “carbono neutro”, mitigando e compensando os impactos ambientais de todas as suas operações. Com o sistema, foi estabelecido o acompanhamento dos riscos ambientais, como na diminuição de 7% do consumo de água por unidade vendida, diminuindo também o índice médio de reutilização de água (declinou de 13%) e o consumo de energia por unidade de produto vendida (1%, em 2006). Para uma maior conscientização do assunto abordado, a empresa desenvolveu diversas campanhas sobre o tema, voltadas para os fornecedores, Consultoras e Consultores e consumidores finais. Indicadores específicos são definidos e acompanhados pelas áreas envolvidas com o tema.

Em relação às suas embalagens, desde 2003, a Natura Cosméticos S.A. as têm analisado em relação aos seus aspectos ambientais, por meio de uma avaliação que considera todas as etapas do ciclo de vida (ACV) dos materiais utilizados e da extração dos recursos naturais à disposição final. Dessa forma, em 2006, se conseguiu reduzir em 7% em relação ao ano anterior o impacto ambiental das embalagens por quantidade de produto.

Outro fator importante foi a participação de refis sobre os itens faturados que, no Brasil, subiu de 17,4% para 19,8%, o que significa uma relevante redução do impacto ambiental de seus produtos, tendo em vista que a média da massa de uma embalagem de refil é 54% menor que a de uma embalagem de produto regular. Também por esse motivo, conseguiu-se uma redução de 7% do impacto ambiental médio dos produtos faturados e materiais de apoio por conteúdo declarado. Em relação aos itens pouco usuais, como batons, são relevantes em termos de minimização de impacto ao meio ambiente. Em alguns produtos, foram relançadas as embalagens, que passaram a ter resinas recicladas na composição, melhorando a qualidade e a atratividade do portfólio. A empresa também desenvolveu outras embalagens com ciclos de vida mais curtos e melhor biodegradabilidade. É necessário ressaltar que, em 2006, foi estruturado um projeto-piloto para incentivar as Consultoras e os Consultores a recolherem, a partir de 2007, as embalagens de seus clientes e as encaminhar, por meio das transportadoras parceiras da Natura, às cooperativas de reciclagem. Dessa forma, além de reduzir o impacto ambiental, houve a inclusão social e a geração de renda.

A tabela 1 demonstra a redução de alguns gastos por unidade, nos anos de 2004, 2005 e 2006:

Tabela 1 – Relação de redução de custos anual dos anos de 2004, 2005, 2006

Consumo total de água utilizada	2004	2005	2006
Consumo de água por unidade vendida (L/Un)	0,667	0,633	0,589
Porcentagem de água não incorporada ao produto (%)	90,2	89,1	88,5
Consumo Total de Energia por Unidade Vendida (kjoules / un)	603,7	551,8	546,5
Peso Total de Resíduos por Unidade Vendida (gramas / un)(7)	25,7	27,7	28,3
Porcentagem de Resíduos Reciclados (%)	73,4	81,1	84,1

Fonte: Relatório Anual da Natura (2006)

Percebe-se que houve redução do consumo de água e de energia por unidade vendida, além de ter aumentado a porcentagem de resíduos reciclados. Isso significa que há um controle maior na redução desse consumo.

A tabela 2 demonstra o consumo de água.

Tabela 2 – Consumo de água dos anos de 2004, 2005, 2006

	2004	2005	2006
Consumo total de água utilizada	116.367	136.677	141.883
Água reciclada e reutilizada (m ³)	29.065	48.760	40.209
Percentual de reúso sobre o total de água tratada na estação de tratamento de efluente	39,5%	55%	42%
Água não incorporada ao produto (%)	90,2%	89,1%	88,5%
Descargas Significativas na Água (m ³) Volume total de efluentes tratados	82.786	93.402	101.740

Fonte: Relatório Anual da Natura (2006)

Apesar do comprometimento das áreas usuárias e do acompanhamento dos planos de ação pela alta administração, não se conseguiu atingir a meta esperada ocasionada pelo crescimento de 3,2% do volume de produção, variações no mix de produtos e curva de aprendizado do novo sistema de purificação de água para a fábrica havendo aumento no total de consumo de água utilizada. Contudo, houve diminuição na quantidade de água reciclada e reutilizada e no reúso do total de água tratada.

A tabela 3 mostra os tipos de fontes de energia consumidos, referentes aos sites (das unidades de Itaperica da Serra e Cajamar).

Tabela 3 – Relação do consumo direto de energia anual nos anos de 2004, 2005, 2006

	2004	2005	2006
Fonte primária	79,0 x 10 ¹²	89,6 x 10 ¹²	99,4 x 10 ¹²
Eletricidade autogerada (gerador a diesel)	0,29 x 10 ¹²	0,44 x 10 ¹²	1,51 x 10 ¹²
Óleo diesel utilizado nos geradores	0,99 x 10 ¹²	1,51 x 10 ¹²	2,48 x 10 ¹²
Consumo de GLP	24,6 x 10 ¹²	28,1 x 10 ¹²	29,8 x 10 ¹²
Consumo de energia solar	-	13,68 x 10 ⁹	19,96 x 10 ⁹

Fonte: Relatório Anual da Natura (2006)

O sistema de gestão do consumo de energia é centralizado, por meio de software específico. Além do consumo propriamente dito, há informações sobre demanda, potência e tensão, entre outras. Com essa fer-

ramenta, é possível levar aos responsáveis os dados de consumo de energia para cumprimento das metas. Os consumos de GLP e diesel também são monitorados por meio da leitura de medidores. Entre as ações para reduzir o consumo de energia, em 2006, se destaca a instalação de equipamentos de energia solar em Cajamar, para aquecimento da água do restaurante e dos vestiários das fábricas. A empresa também está realizando estudos e projetos para utilização de gás natural liquefeito em vários serviços internos, bem como biodiesel em geradores e lenha em caldeiras.

A tabela 4 demonstra o destino dos resíduos, descargas nos aterros e material reciclado.

Tabela 4 – Destino dos resíduos, Descargas nos aterros e material reciclado, nos anos de 2004, 2005, 2006

	2004	2005	2006
Incinerados	5,43	2,82	1,88
Descarregados em aterro	21,20	16,09	13,99
Reciclados	73,41	81,09	84,13

Fonte: Relatório Anual da Natura (2006)

Na gestão de resíduos, a Natura Cosméticos S.A. avalia seu desempenho de acordo com metas quantitativas e qualitativas. A meta quantitativa tem como indicador o percentual de perdas de material em relação ao total de resíduos descartados no meio ambiente. Já a meta qualitativa está atrelada ao percentual de resíduos reciclados. Com o objetivo de minimizar a geração de resíduos na fonte, a empresa direcionou seus processos internos de manufatura para que houvesse redução de materiais quaternários, como as caixas de fornecedores. Foi substituído, também, o sistema de montagem e o tipo de caixa em que é enviado os produtos para Consultoras e Consultores. Dessa forma, houve redução em 10 toneladas/mês o uso de material, portanto, de resíduos.

Houve redução da incineração de resíduos e descargas em aterro sanitário, buscando alternativas de reciclagem de resíduos que contemplem não só a transformação do resíduo, mas também sua reutilização em outros processos.

A tabela 5, demonstra o uso total de materiais nos produtos.

Tabela 5 – Uso total de materiais nos produtos anual, nos anos de 2004,2005,2006

	2004	2005	2006
Quilos (1)	19.776.023 Kg	25.005.092 Kg	19.025.330 Kg
Litros (2)	7.956.295 L	8.860.798 L	9.286.746 L

Fonte: Relatório Anual da Natura (2006)

Podemos perceber que houve a diminuição no consumo de materiais-quilos no ano de 2006 mesmo com o aumento de vendas. No entanto, em relação à utilização de materiais por litro, houve aumento, ocasionado pelo crescente aumento das vendas de xampus e de perfumes.

5. CONCLUSÃO

Os desastres ambientais se tornou responsabilidade do poder público, da sociedade e do setor empresarial. Este último está sendo cada vez mais pressionado pelos requisitos legais, pelos seus stakeholders, além de suas vantagens competitivas e o comprometimento da imagem da empresa.

Contudo, para muitas organizações, a conciliação das atividades econômicas com o desenvolvimento sustentável poderá prejudicar a lucratividade desta. Por isso, essa pesquisa teve a finalidade de demonstrar que uma das formas para se adequar ao desenvolvimento sustentável é por meio da contabilidade da gestão ambiental, o qual possui potencial para colaborar com os gestores para a tomada de decisão, pois esta abrange informações ambientais e também de custos.

Para melhor compreensão do assunto dessa pesquisa, foi realizado a análise do relatório anual da Natura (“Nosso Futuro Comum” 2006) direcionando-se para os dados relacionados à utilização dos recursos naturais e às outras formas de diminuição do uso destes, como reutilização, reciclagem e diminuição de resíduos. Por meio desta análise, pôde-se perceber que a empresa está investindo cada vez mais na área de desenvolvimento sustentável e tem obtido bons resultados, conseguindo aumentar a ecoeficiência de seus processos produtivos e economizar. Seus projetos desenvolvidos têm contribuído também para a conscientização sobre o tema exposto para seus consumidores. A cada ano, a empresa está conseguindo reduzir os seus impactos ambientais. Por ser um assunto atual, há ainda uma série progressiva de transformações para acontecer.

Por meio da pesquisa pôde-se perceber que há como unir o principal objetivo da empresa com projetos de desenvolvimento sustentável. A empresa pesquisada obteve bons resultados na área ambiental e também diminuiu gastos. As despesas com proteção ao meio ambiente também podem ser transformadas em vantagens competitivas e de redução de custos, pois quando as empresas conseguem demonstrar a sua sustentabilidade, conseguem ser mais competitivas e se tornam mais atrativas para os fundos de investimentos que focam empresas tidas como socialmente responsáveis. Investir em empresas que não possuem comprometimento com a sustentabilidade poderá possuir vários passivos ambientais, e também isso poderá denegrir a imagem da própria empresa.

Conclui-se, portanto, que a contabilidade da gestão ambiental é necessária para que a empresa consiga aliar o lucro com desenvolvimento sustentável. Mais pesquisas devem ser desenvolvidas para se aprimorar esse assunto tão importante dentro das organizações.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTVATER. E. **O Preço da riqueza**. Trad, Wolfgang Leo Maar. 1ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

ANDRADE., R. B. et. al. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 1ª ed. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

CARIDADE. A. V. S. Práticas de gestão estratégica e a aderência ao método sigma: Um estudo de caso no setor de celulose e papel. **Dissertação** (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-22092006-191026/>>. Acesso em: 11 dez. 2007, 03:15.

DONAIRE. D. **Gestão ambiental na empresa**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EPPELBAUM, M. A influência da gestão ambiental na competitividade e no sucesso empresarial. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses>>. Acesso em: 21 set. 2007, 12:31.

FERREIRA, C. S. **Contabilidade ambiental: uma forma para o desenvolvimento sustentável**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FILHO, M. L. A auditoria ambiental como uma ferramenta de apoio para o desempenho empresarial e a preservação do meio ambiente: uma abordagem contábil e gerencial em indústrias químicas. **Dissertação** (Mestrado em contabilidade e controladoria). Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-12122005-144634/>>. Acesso em: 26 jul. 2007, 01:54.

INSTITUTO ETHOS. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=4206&Alias=ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 13 jul. 2007, 00:49.

KINLAW, D. C. **Empresa competitiva e ecológica**. Estratégias e ferramentas para uma administração consciente responsável e lucrativa. Trad, Lenke Peres Alves de Araújo. 1ª ed. São Paulo: MAKRON Books, 1998.

KRAEMER, M. E. P. O contabilista: uma alavanca na construção do desenvolvimento sustentável. *Gestão Ambiental*. 2005. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/O%20CONTABILISTA.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2007, 15:00.

_____. **A contabilidade medindo sua responsabilidade social**. *Gestão Ambiental*. 2005. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/A%20CONTABILIDADE%20MEDINDO%20SUA%20RESPONSABILIDADE%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2007, 15:06.

_____. **P. A contabilidade como instrumento de gestão ambiental**. *Gestão Ambiental*. 2005. Disponível em: <http://www.gestaoambiental.com.br/recebidos/maria_kraemer_pdf/A%20CONTABILIDADE%20COMO%20INSTRUMENTO.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2007, 15:14.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia Científica**. Teoria da ciência e prática da pesquisa. 14ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

Natura Cosméticos S. A. Relatório anual da Natura 2006. Disponível em: <http://www2.natura.net/Web/Br/ForYou/resp_corporativa_2006/608488_RA_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2007, 01:42.

_____. **Relatório da Administração da Natura 2006**. Natura Cosméticos S.A. Disponível em: <http://www2.natura.net/Web/Br/ForYou/resp_corporativa_2006/RA_2006_Final.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2007, 01:46.

O Brasil que adota as boas práticas do Mundo. Anuário, *Análise Gestão Ambiental*. São Paulo. Análise, v. I, n. 1, p. 24-30, jul. 2007.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RESENDE, Y. **Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento na Natura Cosméticos**. Ser Virtual e o Saber Real. 2008. Disponível em: <http://www.nesdaer.eti.br/downloads/groberta/si/GC_NaturaCosmeticos.pdf>. Acesso em: 24 out. 2007, 01:45.

ROMANINI, V. O valor da sustentabilidade; empurradas por fornecedores, clientes e bancos, as pequenas e médias empresas que querem continuar vivas nos próximos anos colocam preocupações como aquecimento global e transparência na gestão na essência de suas estratégias. *Revista Exame*, 12 jul. 2007. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/pme/edicoes/0009/m0133114.html>>. Acesso em: 24 out. 2007, 01:40.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. Estratégia de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. **A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global**. Rap. nov-dez, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n8/08.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2007; 02:15.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.unb.br/temas/desenvolvimento_sust/o_que_e.php>. Acesso em: 17 jul. 2007, 20:07.

SIRVINSKAS. L.P. Manual do direito ambiental. 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2002.

WELLS, C. **Global Reporting Initiative**. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-148.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2007, 01:24.

Identificação da área: Gestão Ambiental